



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 6 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 26 de abril de 2012

DIÁRIO DO AMAZONAS

MPF abre novo inquérito para apurar concurso da Suframa..... 1
VEICULAÇÃO LOCAL

DIÁRIO DO AMAZONAS

Feira vai discutir gargalos logísticos do Polo Industrial de Manaus 2
VEICULAÇÃO LOCAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Sem guerra dos portos, indústria teme importações..... 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Novo Código Florestal é aprovado sem anistia 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Rio+20: defesa da união entre ações ambiental e social 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Indústria sinaliza recuperação em março, segundo a CNI 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>		EDITORIA
	TÍTULO MPF abre novo inquérito para apurar concurso da <u>Suframa</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

A informação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Manaus - O **Ministério** Público Federal (MPF) abriu novo inquérito contra a coordenadora-geral de Recursos Humanos da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**), Raimunda Iracema de Castro Pacheco, por suspeitas de práticas irregulares na realização de concurso público em 2008. Iracema, juntamente com outros dirigentes da **Suframa**, já responde a um processo por improbidade administrativa na 3ª Vara do Tribunal Federal do **Amazonas** (TRF-AM).

A investigação foi proposta pelo promotor do 4º Ofício Cível, Ataíde Ribeiro da Costa. Segundo a publicação no DOU, o inquérito foi aberto após apuração preliminar. O MPF determina que a servidora seja informada do início do procedimento e que notifique a **Suframa** para que o órgão se

manifeste acerca dos fatos, “esclarecendo as providências eventualmente adotadas, bem como, encaminhando cópia dos documentos pertinentes”.

O processo aberto contra Iracema em março de 2011, segundo a assessoria do MPF, é baseado em indícios de irregularidades na licitação e contratação da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (**Fucapi**) para prestar serviços técnicos especializados em assessoramento nas diversas áreas de atuação da **Suframa**.

O MPF pediu a anulação do contrato e a condenação dos réus por enriquecimento ilícito, dano ao erário e afronta aos princípios da administração pública, por considerar que a licitação foi direcionada para a contratação da **Fucapi**. Com as acusações, a então **Superintendente** da **Suframa**, **Flávia Grosso**, pediu exoneração do cargo para se dedicar à defesa.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS		EDITORIA
	TÍTULO Feira vai discutir gargalos logísticos do Polo Industrial de <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Thomas Nogueira destacou ainda que muitas soluções, como o comboio de balsas com contêineres, surgiram na Amazônia como forma de vencer os desafios da distância.

Manaus - “A logística é um dos principais desafios da Zona Franca de **Manaus**. Precisamos construir soluções”. Com estas palavras o Superintendente da Suframa, **Thomaz Nogueira**, avaliou como extremamente positiva a 1ª Feira e Congresso Internacional de Transporte & Logística (Transpo Amazônia), que será realizada em **Manaus** entre os dias 26 e 28 de junho deste ano.

A iniciativa, da Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística da Região Amazônica (Fetramaz), foi apresentada oficialmente nesta quarta-feira (25), durante evento no Studio 5, e teve, desde o início, apoio da Suframa que, além de participar da Feira com um estande, enxergou na iniciativa a chance de fomentar as discussões em torno de soluções para o gargalo logístico da região.

“O custo não é uma questão irrelevante, mas o mais importante é vencer a questão do tempo. Cada dia perdido no transporte representa muito em termos de competitividade”, disse Thomaz durante o lançamento da Transpo Amazônia, que contou ainda com a participação do secretário de Fazenda do Amazonas, Ísper Abraham; do comandante do 9º Distrito Naval, Almirante Antonio Frade; do presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de **Manaus**, Ralph Assayag; do presidente da Federação das Empresas de Transportes Rodoviários da Região Norte, Francisco Bezerra; e do presidente da Fetramaz, Irani Bertolini.

Nogueira destacou ainda que muitas soluções, como o comboio de balsas com contêineres, surgiram na Amazônia como forma de vencer os desafios da distância. “Somos bons em criar alternativas, em levar o produto daqui até o mercado. Precisamos concentrar esforços em soluções para a infraestrutura portuária e em outros gargalos”, disse o Superintendente.

“Nós enxergamos melhor a região porque vemos de dentro para fora. O que apontarmos aqui será mais adequado do que o que vier de fora”, concordou Irani Bertolini. O presidente da Fetramaz acrescentou que uma maior atenção para a BR-163 (Cuiabá - Santarém) seria uma boa alternativa para a logística amazônica no momento.

“Viabilizar a BR-163 seria um grande feito, que reduziria em dois dias a viagem para o Sul do País”, disse Bertolini. “Nossas rodovias são ruins e a infraestrutura portuária também precisa evoluir”, completou, adiantando temas que serão alvo de debates durante a Feira.

A Transpo Amazônia será realizada no Studio 5, com exposições, palestras e ainda uma Assembleia Geral da Câmara Interamericana de Transporte (CIT), que reúne entidades de transporte de 18 países do continente americano. “A expectativa é termos um bom evento e, sem dúvida, com soluções concretas ao final”, resumiu o secretário da Fazenda, Ísper Abraham.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Sem guerra dos portos, indústria teme <u>importações</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Iuri Dantas e Lu Aiko Otta

Há risco de um surto de importações de tecidos e confecções até o final deste ano, por causa da aprovação, pelo Congresso, da resolução que acaba com a chamada "guerra dos portos". O alerta foi feito por representantes do setor têxtil em conversa com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

A resolução anula, na prática, os incentivos fiscais concedidos por alguns Estados à importação de mercadorias. Porém, como ela só entra em vigor em 1º de janeiro de 2013, há risco de as empresas intensificarem suas compras no exterior antes que o benefício tributário acabe.

"É evidente que haverá uma tentativa para aproveitar ao máximo esse inconstitucional e espúrio incentivo ao produto importado, o monitoramento do comércio vai ter que ser redobrado", disse o diretor-Superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (Abit), que também se chama Fernando Pimentel.

A aprovação da Resolução 72, na noite de terça-feira, foi comemorada ontem pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. "Foi muito bom para o País, porque vamos deixar de importar produtos e de exportar empregos", disse.

Ele garantiu que os Estados que concediamos incentivos fiscais terão apoio do **Governo Federal** para transformar suas economias de "corredores de importação" para produtoras de bens e manufaturados.

Haverá, porém, muita controvérsia na aplicação das novas regras, avaliou a advogada Alessandra Craveiro, do escritório Mattos Filho.

Primeiro, porque a Resolução reduz a 4%a alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais de produtos importados e dos que tenham conteúdo de importação acima de 40%.

Outro ponto que pode gerar problemas é o que exclui da regrada resolução os produtos importados sem similar nacional.

Pelo texto, a Câmara de Comércio Exterior faria uma lista desses produtos. "Qual é a elasticidade da Camex para gerar uma lista de tudo o que não é produzido no País?", questionou Alessandra.

O relator da matéria, Eduardo Braga (PMDB-AM) disse que a lista já existe, é o chamado ex-tarifário. Mas o ex-tarifário só lista os bens de capital e de informática sem similar nacional./ COLABOROU RENATA VERÍSSIMO

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Novo Código Florestal é aprovado sem anistia		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Após 13 anos tramitando no Congresso, a Câmara dos Deputados aprovou ontem o texto-base do novo Código Florestal. Foram 274 votos a favor, 184 contrários e duas abstenções. O texto aprovado mantém a obrigatoriedade de recompor a margem de rios com até dez metros de largura com vegetação nativa. Essa é uma das principais polêmicas do novo código e a questão mais importante para os ruralistas. O texto seguirá para sanção da presidente Dilma Rousseff. Os ambientalistas consideraram o resultado desastroso

Câmara aprova texto básico do Código Florestal

Relatório de Paulo Piau (PMDB-MG) favorece a bancada ruralista; texto vai a sanção presidencial

Foi aprovado nesta quarta-feira, 25, pela Câmara dos Deputados, o texto básico do parecer apresentado pelo relator, deputado Paulo Piau (PMDB-MG), sobre o novo Código Florestal. O documento representa a reforma de lei que regula o uso da terra e propõe ampliar as áreas de cultivo em regiões até agora protegidas, como a Amazônia. Após a votação nominal, com o fim da análise dos destaques, a matéria será enviada à sanção presidencial.

Nessa primeira votação, os deputados apontavam se eram a favor do texto do Senado com parecer contrário de Piau. A maioria rejeitou o dispositivo que foi aprovado no Senado: 274 votos favoráveis ao relatório de Piau e 184 contra o relator, ou seja, concordando com o texto do Senado. "Foram duas vitórias importantes, a do texto do Senado – que melhorou muito o texto da Câmara – e a do meu texto, que melhora o do Senado", disse Piau, segundo a agência Câmara.

O primeiro destaque, do PT, já foi rejeitado e retirou do texto a definição dada para pousio (período sem uso do solo). O partido pretendia manter a definição do Senado para pousio – a de interrupção temporária de atividades de uso agrícola ou pecuário do solo por, no máximo, cinco anos em até 25% da área produtiva da propriedade.

Foi aprovado o destaque do bloco PSB-PCdoB que incluiu texto da Câmara que não considera apicuns e salgados como áreas de preservação permanente (APPs).

O Plenário também aprovou o destaque do PRB e retirou do texto a necessidade de os planos diretores dos municípios ou suas leis de uso do solo observarem os limites gerais de áreas de preservação permanente (APPs) em torno de rios, lagos e outras formações sujeitas a proteção e outras formações sujeitas a proteção em áreas urbanas e regiões metropolitanas.

O destaque do PT ao Código Florestal (PL 1876/99), que exclui regra sobre regularização de fazendas de camarão com ocupação irregular ocorrida até 22 de julho de 2008, também foi aprovado.

O Plenário ainda rejeitou destaque do bloco PSB-PCdoB e manteve no texto a possibilidade de o Poder Público reduzir a reserva legal para até 50% em áreas de floresta na Amazônia Legal se o imóvel estiver situado em estado com mais de 65% do território ocupado por unidades

Na votação dos destaques, o plenário excluiu a obrigatoriedade de agricultor familiar recompor vegetação e rejeitou o destaque do PSC, confirmando a retirada do texto da regra de recomposição de vegetação nativa em imóveis de agricultura familiar e naqueles com até 4 módulos em torno de rios maiores que 10 metros.

O líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), ressaltou que 91% dos estabelecimentos rurais têm até 4 módulos, mas os restantes detêm 60% da terra usada. Ele ressaltou que, na discussão do tópico atual, "cai por terra o argumento de que quem vai pagar é o pequeno, aqui o custo é para os grandes".

O Plenário rejeitou o destaque do PT e foi retirada do texto a prerrogativa dos conselhos estaduais de meio ambiente de definir as extensões e os critérios para recomposição de APP em torno de rios maiores que 10 metros de largura se o imóvel tiver área superior a 4 módulos. Também foi retirada do texto, por meio de destaque do DEM, a obrigatoriedade de recompor 30 metros de mata em torno de olhos d'água nas áreas de preservação permanente ocupadas por atividades rurais consolidadas até 22 de julho de 2008.

O último destaque, do PV, foi rejeitado. O partido pretendia manter no texto a proibição de manter áreas rurais consolidadas dentro de unidades de conservação de proteção integral criadas até a data de publicação da futura lei. Dessa forma, a proibição foi retirada do projeto.

Entre os que opinaram, nesta quarta, a favor da matéria apresentada por Paulo Piau, estão:

Deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO): "O texto do Senado não é esclarecedor. Apoio o relatório do deputado Paulo Piau"

Deputado Eleuses Paiva (PSD-SP): "Esse relatório é o que mais valoriza a pequena agricultura"

Deputado Lira Maia (DEM-PA): "O Código Florestal não traz solução para tudo, mas vai ajudar a resolver essas questões ambientais. O relatório é uma inovação e menos pior do que o apresentado no Senado"

Deputado Moreira Mendes (PSD-RO): "Nós estamos votando para diminuir área plantada, quando o mundo passa fome. Vamos estender a mão ao produtor. Reserva legal é só conversa fiada"

Deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS): "Irresponsável é quem vai tirar hectares dos pequenos produtores rurais. Queremos corrigir essa distorção, tirar as terras de brasileiros para que sejam aprovadas como reservas legais"

Deputado Vilson Covatti (PP-RS): "Queremos trazer segurança jurídica para quem produz alimentos em nosso País, garantindo que os córregos, as terras, não sejam alteradas como reserva legal"

Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN): "Quero declarar ao Brasil que represento nosso partido a favor do relatório de Paulo Piau. Nós queremos que a produção agrícola brasileira também honre o País"

E contra a matéria:

Deputado Zé Geraldo (PT-PA): "Voto a favor do texto do Senado"

Deputado Paulo Teixeira (PT-SP): "O relatório do Senado é mais equilibrado e pode evitar que se prejudique o pequeno e o médio produtor"

Deputado Márcio Macedo (PT-SE): "O relatório de Paulo Piau quebra o acordo político já existente. Vai permitir que o desmatamento possa aumentar. O ideal é o texto do Senado"

Deputado Bohn Gass (PT-RS): "Se esse relatório for aprovado, estaremos perdendo hoje a grande oportunidade de termos uma sustentabilidade que combine produção de alimentos e preservação ambiental. Vamos dar anistia aos latifundiários e não dar atenção especial ao pequeno produtor"

Deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP): "Vou contra o parecer do deputado Paulo Piau porque não é do pequeno produtor que estamos falando. Eles não serão prejudicados"

Deputado Alfredo Sirkis (PV-RJ): "Estamos com os olhos do mundo voltados para nós, próximo da Rio+20. E essa Casa se prepara para dar um espetáculo de farsa. O que se pretende aqui é defender os pequenos proprietários e acabar com os especuladores e grandes latifundiários"

Deputado Jilmar Tatto (PT-SP): "Não vamos votar nesse relatório do Paulo Piau porque significa um retrocesso. Voto a favor do texto do Senado"

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Rio+20: defesa da união entre ações ambiental e social		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Flávia Milhorce

Desenvolvimento sustentável e combate à pobreza precisam andar juntos nos países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), propuseram os especialistas que participaram ontem de um seminário pré-Rio+20. O tema é um dos pontos sensíveis da conferência da ONU, já que nações europeias preferem dissociar a questão ambiental da social nas discussões.

- O que é desenvolvimento sustentável para uma população que ainda está em busca de liberdade econômica? O clube do Brics ainda é muito novo, e isso pode se tornar frustrante - afirmou a pesquisadora sul-africana Sanusha Naidu, da Fundação Open Society for South Africa, durante o seminário Desenvolvimento Sustentável e a Agenda Social do Brics.

Presidente do grupo de trabalho da Rio+20, Sérgio Besserman também defendeu uma visão mais ampla sobre o desenvolvimento sustentável:

- Não podemos discutir economia verde e pobreza como se o impacto na natureza não fosse abater as populações mais pobres. Elas são rigorosamente a mesma questão. Não faz sentido a ideia dos três pilares econômico,

social e ambiental, porque estamos frente a uma única história, estamos hoje esbarrando nos limites do planeta.

Para o sociólogo Sérgio Abranches, os emergentes enfrentam um dilema entre assumir um compromisso ambiental internacional e proteger sua trajetória ascendente no cenário global:

- A China, por exemplo, é muito ciosa desta ideia de países interferirem na sua política doméstica.

José Eli da Veiga, da Universidade de São Paulo (USP), acusou os países do Brics de se defenderem atrás do "biombo" do G-77 (grupo de 131 países em desenvolvimento) por não terem uma agenda clara sobre o tema :

- Quando o bloco atua em conjunto, o problema é que a realidade do Brics, por serem emergentes, é muito diferente.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Indústria sinaliza recuperação em março, segundo a CNI		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Continuidade da trajetória de alta, contudo, ainda depende de redução dos estoques em relação ao planejamento

Depois de amargar seis meses consecutivos de desaceleração, a indústria brasileira respirou.

Segundo índice divulgado ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), houve crescimento no desempenho da **produção** industrial de 54,6 pontos em março ante 46,5 pontos registrados em fevereiro. É a primeira vez desde agosto de 2011 que esse indicador fica acima da linha divisória de 50 pontos.

Se a trajetória se confirmar favorável, poderá significar uma luz no fim do túnel para um segmento da economia que apresentou desempenho praticamente nulo no ano passado (0,1% de alta), contribuindo para que o Produto Interno Bruto (**PIB**) fechasse 2011 com crescimento pífio de 2,7%.

Mas não há completo otimismo com o dado de crescimento da **produção** industrial. Isso porque o índice que mede o nível médio de utilização da capacidade instalada ficou em 72% em março, ante 71% em fevereiro - ainda abaixo, porém, da média usual para o período. O indicador que acompanha a relação da utilização da capacidade instalada efetiva em relação à usual ficou em 45,2 pontos em março ante 42,9 pontos em fevereiro, ambos, portanto, abaixo da marca dos 50 pontos que estabelece a média.

Indicadores antecedentes apontam para manutenção da recuperação na atividade industrial

Além disso, conforme aponta a CNI, os estoques continuam acima do previsto pelo 12º mês consecutivo. Os estoques efetivos em relação ao planejado ficaram em 51,6 pontos em março (ante 52,1 pontos em fevereiro).

Nesse caso, marcas acima de 50 pontos representam acúmulo de estoques indesejados.

Para o médio prazo, porém, é possível que a situação se reverta.

"Percebemos que há tendência de continuidade da trajetória de alta para a indústria, ainda que os estoques apontem a possibilidade de essa recuperação ser postergada", pondera Rafael Bacciotti, analista da Tendências Consultoria. Segundo ele, a avaliação de indicadores antecedentes - como as encomendas de papelão ondulado (usado nas embalagens) e os números de fluxo de caminhões pelas estradas - permitem confirmar a expectativa positiva. "Claro que há fatores limitantes, como as questões estruturais e as baixas possibilidades de recuperação das **exportações**, mas calculamos um crescimento de cerca de 1% para a indústria", diz.

Para a CNI, contudo, o aumento da atividade no mês passado deve-se a fatores sazonais, como a maior demanda que se registra normalmente neste período.

"Já é de se esperar um aumento da **produção** em março", aponta o relatório da pesquisa.

O gerente-executivo da Unidade de Pesquisas da CNI, Renato da Fonseca, se declarou cauteloso sobre a possibilidade de se manter o aumento da **produção**.

"Não podemos falar ainda em reversão de tendência. Esperamos que a **produção** industrial permaneça estabilizada até que os altos estoques, principalmente das grandes indústrias, tenham sido desovados", afirmou.

O economista da CNI Marcelo de Ávila tem diagnóstico semelhante.

"O pior momento parece ter passado. O que não sabemos é a velocidade com que essa recuperação vai se dar".

Embora mais moderados do que em março, os empresários da indústria continuam otimistas sobre as perspectivas para os próximos seis meses. As expectativas deles sobre a demanda atingiram 59,9 pontos (menos 0,5 ponto sobre o mês anterior). A

pesquisa Sondagem Industrial foi realizada de 2 a 7 de abril com 1.951 empresas, das quais 712 de pequeno porte, 736 médias e 503 grandes.

Redação, com agências